

Resenha

ALENCAR, Gedeon. *Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010, 186p., ISBN 978-85-98172-85-9.

Rodrigo Portella*

O ano de 2011 marca o centenário de fundação da Igreja Assembleia de Deus no Brasil (1911). Como forma de revisita crítica à história desta denominação cristã, Gedeon Alencar, doutorando em Ciências da Religião pela PUC-SP, lançou, em 2010, pela Arte Editorial, o livro *“Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)”*, que vem a ser uma adaptação revista de sua dissertação de mestrado em Ciências da Religião pela UMESP, cujo interessante título é *“Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus, Assembleia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)”*.

Alencar escreve com desenvoltura, perspicácia e conhecimento de quem, tendo vivido as entranhas da Assembleia de Deus (seu pai foi pastor desta Igreja), mostra o benefício que pode ser concedido à pesquisa o fato do pesquisador ter livre trânsito e conhecimento nos bastidores de seu objeto de pesquisa. Prova, assim, que ser endógeno em relação ao objeto de pesquisa pode proporcionar a possibilidade da percepção de detalhes – que se mostram importantes para a interpretação – que talvez passassem despercebidos a um pesquisador exógeno ao grupo.

Alencar fez seu recorte histórico entre os anos de 1911 e 1946, sendo a primeira data a do efetivo início da AD no Brasil, e a última justificada como o encerramento de um ciclo no qual a Igreja foi se definindo aos poucos, em sua identidade e estrutura, através de disputas políticas (muitas vezes veladas) e expansão nacional. Assim, 1946 representaria um ano de maioria da Igreja, já sob o comando de lideranças brasileiras e com o surgimento de uma entidade símbolo para a consolidação da AD, através da materialização de um órgão de imprensa próprio e oficial em nível nacional, a CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus).

* Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e coordenador da coleção “Cultura & Religião”, da Editora Santuário. E-mail: <portella-rodrigo@ig.com.br>.

Alencar utiliza, para sua pesquisa, fontes primárias e secundárias de investigação. Dando ênfase, porém, às fontes primárias (como bom historiador), faz o autor uma minuciosa pesquisa em fontes como jornais de época e atas, além de proceder a entrevistas com pessoas que presenciaram algo do período histórico em questão. Também se debruça sobre biografias e a historiografia oficial da AD, mas com o mérito de fazer leitura crítica das mesmas a partir das fontes primárias que consulta.

No início do livro o autor faz uma breve revisão teórica dos estudos sobre o pentecostalismo. Quanto à questão, anota que alguns princípios sociológicos teriam se tornado senso comum para a explicação do surgimento do pentecostalismo e de suas Igrejas, tais como o de que a(s) religião(ões) tradicionais/institucionais da sociedade (ênfase no catolicismo) não teriam conseguido responder à anomia provocada pela urbanização e migrações das zonas rurais às urbanas. Outros paradigmas que se revelariam úteis, mas precisariam ser problematizados e ultrapassados, são os das antinomias igreja-seita, pobre-rico, racional-místico, por exemplo, na tentativa de se compreender o fenômeno pentecostal através do contraste com as igrejas cristãs ditas históricas.

Alencar cita, ainda, em breve revisão bibliográfica, três referenciais teóricos que julga paradigmáticos para o estudo do pentecostalismo: o weberiano, que destaca a questão da personagem carismática e de seu domínio, assim como a posterior rotinização de todo movimento ligado à fonte carismática; a tese de Niebuhr, que opõe comunidades aliadas ao poder e comunidades que nascem dos alijados deste poder, como Igreja de deserdados (lembramo-nos, aqui, de Müntzer e seus camponeses em oposição a Lutero, como exemplo de tipo ideal deste tese); e Tillich, com o *princípio protestante*, de uma Igreja sempre em reforma e a exercer crítica a si mesma a partir do Evangelho. Acresce a estes três autores outros três, na análise específica do pentecostalismo brasileiro: Léonard, quanto às estruturas eclesiais – sua conservação ou mudança – estarem à mercê das demandas sociais; Beatriz de Souza, já na clássica tese do pentecostalismo como resposta à anomia social frente à urbanização e migrações; e Cartaxo Rolim, com a tese de que o pentecostalismo não inseriu seus membros de forma encarnada na realidade brasileira e em suas lutas, os sequestrando da atuação neste cenário.

O autor, embora preserve alguns destes paradigmas e conceitos como *background* de compreensão em sua análise (uns mais, outros menos), os desdobra para além deles, e, quando os usa, os exemplifica de forma precisa na história da AD. Inicia seu historiar, com o perdão da redundância, pelo início: o movimento da Rua Azusa, em Los Angeles, como um marco referencial. Nota nele duas características que alavancariam o pentecostalismo como algo novo, a responder novas demandas de forma adequada: 1) ser um movimento que nasce urbano frente a uma sociedade cada vez mais urbana; 2) ser, em seu início, um fenômeno interracial.

Assim, Alencar frisa o surgimento – e crescimento – do pentecostalismo como motivado pelo fenômeno urbano, e caracterizado pela marginalidade, social e eclesial, daqueles que o iniciaram. O pentecostalismo, deste modo, teria dado voz – e poder – àqueles que, na sociedade e Igrejas, eram destituídos desta autonomia, e como exemplo cita o livre acesso à Bíblia, a glossolalia, o contato direto com o divino a definir a gestão autônoma de bens simbólicos, como formas de empoderamento.

Dito isto, o autor se debruça sobre a história da AD no Brasil, dividindo-a em três momentos: implantação (1911-1930); institucionalização (1930-1946) e oficialização (1946 em diante).

Iniciando pela implantação, Alencar assume as conceituações de Weber e Troeltsch, indicando que a AD nasce com as características de uma seita, isto é: nasce de uma dissidência na Igreja Batista de Belém; define-se como única portadora da correta mensagem evangélica; forma-se por meio de adesões voluntárias, no lastro da espontaneidade; vive mais da experiência do “sagrado selvagem” (Bastide) que de qualquer institucionalização ou normatização; tem o carisma como “norma”. Além disto, formando-se como movimento marginal às instituições religiosas tradicionais, desenvolve a “síndrome de marginal” e perseguida (discurso/ideário que visa legitimar o grupo como verdadeiro, e fortalece-o). Ademais, alimenta certa “aversão ao mundo”, à cultura secular e à participação na sociedade, também justificada por certa teologia milenarista de uma escatologia iminente.

Daniel Berg (1884-1963) e Gunnar Vingren (1879-1933)¹, dois imigrantes suecos que chegam a Belém, em 1911, após trabalharem nos EUA, são acolhidos na Igreja Batista daquela cidade amazônica. Naquele ano de 1911, Berg e

Vingren substituem, por um tempo, o pastor local, e após comandarem reuniões de oração pentecostal (cuja principal característica teria sido a glossolalia) são excluídos, junto com um pequeno grupo, da Igreja. Este grupo, adotando inicialmente o nome de *Missão da Fé Apostólica*², não tem, em seu início, nenhum aporte institucional, mas “cresce assustadoramente” (p. 62). Este crescimento é devido, principalmente, ao fim do ciclo amazônico da borracha, que faz com que famílias – que haviam, anteriormente, migrado para o Norte – retornem para o Nordeste e Sudeste, e uma vez em seus locais de origem, iniciem (as que tinham aderido ao pentecostalismo), de forma espontânea, reuniões de oração pentecostal, iniciando pequenas comunidades. Portanto, uma expansão aleatória, não planejada. Neste sentido o autor salienta: a expansão – e conseqüente fortalecimento – da AD se deve antes a gente anônima e leiga do que a pastores e missionários oficiais.

Estas pessoas que foram constituindo comunidades assembleianas pelo interior do Brasil e nos grandes centros, posteriormente, se ressentiam da falta de um elemento que pudesse servir de orientação para trabalho com crianças e doutrinação. Surgem, neste contexto de expansão, os meios de comunicação da nascente Igreja – que seriam, também, meios de fortalecimento de uma orientação religiosa a gerar coesão doutrinária a nível nacional –, quais sejam, os jornais, sendo os primeiros a *Voz da Verdade* (1917) e *Som Alegre* (desaparecidos precocemente) e *Boa Semente* (1919-1929). A partir de 1930 o jornal *O Mensageiro da Paz* surge como, de forma paradigmática, um veículo de comunicação e unificação do discurso da Igreja. Alencar observa que, no caso do *Boa Semente*, assumido pelas lideranças suecas da AD, se inicia um período de maior burocratização da Igreja, com sua mensagem sendo oficializada por meio deste órgão de imprensa. E aqui já se faz notar a questão que Alencar evidencia como central para a compreensão da institucionalização e do rosto que a AD ia tomando: a questão do poder, em disputa entre lideranças suecas da Igreja e brasileiras (notadamente as nordestinas).

Os anos entre 1930 e 1949, o autor destaca como de institucionalização da Igreja, com seu registro estatutário, em 1930, na Convenção Geral, em Natal-RN. A partir daí teriam vindo à tona, com maior tensão, os conflitos de poder entre líderes suecos, brasileiros e norte-americanos³.

À época (até início da década de 30), a Igreja Filadélfia de Estocolmo, Suécia (Igreja de caráter pentecostal), tinha grande influência na AD brasileira, inclusive influência financeira a sustentar a AD. Assim, esta Igreja, através de seus missionários, tentava dominar as decisões na AD. Contudo, numa Igreja gerida antes pelo carisma que pela lei, valeria antes o domínio carismático (Weber) que qualquer outra coisa. Assim, anota o autor, a partir deste viés personalista-carismático, aconteceria o posterior fracionamento da Igreja em ministérios distintos, geridos por seus donos carismáticos vitalícios. Nisto Alencar vê certa afinidade eletiva entre o coronelismo nordestino e o fracionamento da Igreja em pequenos ou grandes feudos, representados por ministérios distintos. Assim, Alencar observa que a AD teria sido construída em cima de personalidades, e não a partir do conceito instituição (p. 110). Em seu ethos espontaneísta, a AD estaria sob a direção do Espírito Santo, e este, encarnado em personalidades carismáticas que fariam sua gestão, a do divino Espírito.

Voltando à Convenção de 1930, o autor destaca que foi ela convocada pelos brasileiros a contragosto dos suecos. A partir desta data se faria mais patente a marginalização dos suecos do poder de denominação sobre a AD. Também como pano de fundo desta disputa de poder entre brasileiros e suecos, Alencar elenca duas outras questões: a oposição entre o modelo de Igrejas livres (sueco) e organização nacional; e a liderança de Frida Vingren. Os suecos eram congregacionalistas, e defendiam sua liderança sob o mote da direção do Espírito Santo. Já os brasileiros tinham em mente uma organização nacional. Em segundo lugar, na Convenção, sob a sombra de Frida Vingren (que, na ausência do marido, dirigia a Igreja), foi definido que, somente de forma excepcional, as mulheres poderiam assumir funções pastorais.

Alencar coloca a Convenção de 1930 como marco inicial de um alargamento do poder dos brasileiros na AD. Em 1937, Paulo Macalão se torna o primeiro brasileiro a assumir a presidência da Convenção. Gradativamente os suecos são alijados do poder decisório na Igreja e, no mesmo ritmo, a Igreja vai se fracionando e definindo-se em ministérios, como feudos loteados por lideranças carismáticas, que disputavam as Igrejas dos grandes centros (mais poderosas economicamente), Igrejas que por sua vez agregavam em torno de si congregações mais periféricas, a ela ficando subordinadas. Assim, nascia uma

era de rivalidades entre líderes, que em seus ministérios/feudos impunham seu estilo, doutrina e poder.

O autor termina seu livro enumerando algumas características da AD brasileira: 1) a síndrome em se considerar marginal (e formada por marginalizados); 2) o discurso da negação do mundo e o escatologismo; 3) aversão a mudanças (reforço de mitos de origem e conservação de costumes); 4) liderança diversificada, mas com doutrinação homogênea (sendo a Escola Bíblia Dominical – com material unificado – o grande alicerce de unidade doutrinária)⁴; certo episcopalismo entre os caciques das Igrejas e Ministérios, aliado ao caráter vitalício da liderança.

Podemos afirmar, em avaliação ao livro, que a obra de Alencar tem o mérito de revelar a história da AD a partir de seus conflitos internos por poder, sob a égide da dominação carismática e personalista de seus líderes, particularmente no confronto entre um modelo eclesial inicial sustentado pelos suecos, cuja característica preservava um modelo de Igreja articulado no espontaneísmo de congregações livres, mas sob supervisão dos missionários suecos; e as lideranças brasileiras nordestinas, que em determinado momento impuseram um modelo de Igreja sob domínio brasileiro, secundado pelo personalismo carismático de líderes a lotear campos de influência e poderio, particularmente na criação de Ministérios. O livro também faz bem em revelar que, a despeito da briga pelo poder, o AD cresceu e foi se consolidando, porém, à custa de seus membros mais simples, leigos, que migrantes ou retornando do Norte a seus locais de origem, levavam consigo a mensagem pentecostal. Este, um poder que fez crescer e dar visibilidade a uma nova forma de ser cristão no Brasil; o outro, um poder que dividiu em nome de interesses de poder nem sempre explicitamente evangélicos. Ao menos, esta é a impressão que fica.

¹ O primeiro era operário, e nunca assumiu nenhum cargo na Igreja, vindo a falecer, conforme o autor, no ostracismo (p. 55). O segundo teve formação teológica no Seminário Batista Sueco de Chicago, e teve maior atuação formal, ele e sua esposa Frida, na direção da Igreja e nos conflitos que marcaram a fase de institucionalização da AD.

² O pentecostalismo institucionalizado com o nome de *Assembleia de Deus* já existia nos EUA. Vingren, ex-pastor batista naquele país, teria adotado o nome daquela instituição norte-americana por ter visto que várias igrejas batistas daquele país, no segundo decênio do século XX, haviam se transformado em ADs (p. 67).

³ Embora que se destaque que não teria havido influência significativa da AD norte-americana na AD brasileira, neste período, apesar de alguns autores frisarem o contrário. Alencar discorre sobre esta pouca influência da AD norte-americana na AD no Brasil através de vários exemplos, destacando que a AD norte-americana já se iniciara rotinizada, legalizada, burocratizada, inclusive enfatizando a formação teológica de seus líderes, bem ao contrário da AD brasileira, que enfatizava

o espontaneísmo e a dependência quase absoluta do carisma, de lideranças carismáticas e de sua dominação.

⁴ Neste quesito o autor faz notar que as divisões, na AD, acontecem devido a brigas políticas, e não por questões teológicas.

Recebido em 14/11/2010, aprovado em 10/01/2011.